



# Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados

## **SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS, ESTATÍSTICAS E DADOS**

Riscos e oportunidades  
do Brasil na Era Digital

29 de julho a 02 de agosto de 2024 | UERJ - Rio de Janeiro

## **GT3 - Soberania de dados**

**César Bolaño (UFS)**





# Economia de dados ou soberania nacional?

O objetivo desta apresentação é indicar o caminho de uma crítica ao que hoje vem sendo chamado “economia de dados”.

Trata-se de uma situação decorrente do desenvolvimento das políticas de enfrentamento da crise estrutural do capital a partir dos anos 1970.

Dois aspectos gerais do problema devem ser considerados: (1) do ponto de vista da economia real, a reestruturação produtiva resultou na constituição do paradigma digital e uma extensa transformação dos processos produtivos => subsunção do trabalho intelectual, precarização, impactos sobre o consumo e a sociabilidade...

(2) descolamento entre as órbitas real e financeira do capital, resultando em uma massa de capital ocioso deslocando-se livremente pelo mundo, gerando maior centralização e crises recorrentes. As TIC jogaram também um papel importante nesse processo.





### Sobre a chamada economia de dados, duas questões devem ser consideradas:

(1) Trata-se de um desenvolvimento ligado à Terceira Revolução Industrial, que amplia as capacidades de coleta, estocagem e manipulação de enormes volumes de dados pelos sistemas técnicos digitais. Além dos aspectos estritamente econômicos do problema, não se pode esquecer o fato de que entre as destinações dos dados extraídos das populações encontram-se em destaque os sistemas de vigilância e de controle social por parte de agentes dotados de poder econômico.

(2) A construção de bancos de dados de grandes dimensões, onde se armazena a matéria-bruta que poderá ser utilizada em diversos processos de trabalho, dá origem a um mercado onde pacotes de dados são comprados e vendidos. À medida que o interesse por dados estatísticos, demográficos e comportamentais aumenta – com vistas a estratégias publicitárias, propaganda política e muito mais, incluindo o famoso treinamento de inteligências artificiais –, a ideia de uma economia de dados pode parecer cada vez mais adequada na perspectiva da economia ortodoxa. No entanto, essa visão não se refere a uma economia baseada na produção de uma mercadoria específica, mas no intercâmbio de meras abstrações.





# A coleta e o uso de dados podem servir a propósitos específicos ligados a processos produtivos concretos:

Exemplos:

1. Plataforma industrial (setor automotivo): dados obtidos dos trabalhadores servem a processos de coordenação e vigilância com impactos na produtividade. Claramente não se trata de mercadoria.
2. Projeto genoma: nem os dados informáticos nem os clones armazenados para pesquisas posteriores possuem valor. Os dados não são matéria prima, mas matéria bruta.

A transformação em matéria-prima, ou seja, a valorização inicial, depende da recuperação dos dados nos bancos por meio da ação teleológica que caracteriza o trabalho humano. No caso do trabalhador informacional, a ação é orientada por um projeto em que eventualmente se articulam o ciclo industrial e o ciclo da produção acadêmica certificada. Mas neste caso já não estamos lidando com *dados* simplesmente, mas com *informações* que circulam dentro de processos coletivos de trabalho físico e intelectual.







# As plataformas digitais caracterizadas pela exploração de economias de rede

O trabalho objetificado nessas infraestruturas digitais tem como único propósito capturar os dados, pode-se dizer, separá-los da sua conexão imediata com os indivíduos. Segundo Marx, “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza”. O mesmo pode ser dito dos dados que, assim, só serão considerados matéria-prima depois de terem “sofrido uma modificação realizada pelo trabalho” (*ibidem*); depois de terem sido filtrados, organizados e estruturados pelo trabalho vivo objetificado em infra estruturas diferentes daquelas que realizam a simples captura. Não obstante, os dados, na medida em que são extraídos e armazenados em grande escala por empresas que controlam os repositórios, podem ser e são empacotados para servir à valorização fictícia do capital, com a justificativa de sua utilidade posterior em processos concretos, como aqueles vinculados ao setor publicitário. Esse comércio de dados constitui, em essência, uma forma de capital fictício, cuja mobilização segue a mesma lógica das inovações financeiras que têm marcado o desenvolvimento do capitalismo no período neoliberal.





# Regulação de plataformas, desenvolvimento e soberania nacional

- NIB => depende crucialmente da soberania nacional sobre os dados da população nacional
- ex. do CEIS: política de desenvolvimento baseada no atendimento das necessidades urgentes da população; garantir a sustentabilidade do SUS (vs. open health = monetização/mercantilização dos dados de saúde dos brasileiros)
- Furtado: transmutação entre fins e meios; desenvolvimento = abertura do horizonte de possibilidades.

Assim como se lutou, na virada do século, contra o patenteamento dos genes, hoje é preciso lutar contra a exploração privada dos nossos dados. A própria gestão deles por parte do Estado só é aceitável na medida em que os cidadãos confiam nos órgãos técnicos oficiais responsáveis, que garantem o sigilo estatístico e o acesso “desnomeado” aos dados – uma “regra básica para poder trabalhar as informações do ponto de vista estatístico” (Pochman, 2024), visando a melhoria da gestão pública, a serviço da cidadania e do bem viver.



# Obrigado!

Para mais informações acesse o QRcode.

